

O SR. PRESIDENTE - ORLANDO BOLÇONE - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Carlos Giannazi e suspende a sessão até as 18 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

Mas quero me solidarizar com o deputado Carlos Giannazi nesta causa. Fui servidor na condição de chefe da seção comercial da regional dos Correios em São José do Rio Preto. Vai ter a minha solidariedade e o meu trabalho.

Muito obrigado.

- Suspensa às 15 horas e 36 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 34 minutos, sob a Presidência da Sra. Célia Leão.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 21a sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 10/05/2018.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sra. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSDB.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlão Pignatari pelo Art. 82, pela liderança do PSDB.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PELO ART. 82 - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Hoje, no Pequeno Expediente, eu estava aqui e ouvi um pronunciamento do deputado Carlos Giannazi e um pronunciamento do deputado Welson Gasparini, se eu não estiver enganado, falando sobre o fechamento das agências dos Correios do Brasil todo.

Trata-se de uma decisão que foi tomada pelo governo que está aí, que, volto a frisar, não é o meu governo. Não fui eu que votei nesse governo. O PT, por exemplo, votou nesse governo que está aí, porque era o vice. O Carlos Giannazi votou nesse governo que está aí, porque era o vice.

Então, temos essa diferença. Por isso que eu estou muito tranquilo de dizer, deputado Carlos Giannazi, que também li uma entrevista muito bem feita pelo ministro das Comunicações, o ministro Gilberto Kassab, dizendo que, após cinco anos, os Correios neste ano voltaram a não dar prejuízo para os cofres públicos, e dizendo que, inclusive, eles podem ser uma empresa muito rentável em um futuro muito próximo.

Eu acho que, a partir dessa fala do ministro, seria o momento de todos nós nos reunirmos com ele, para pedirmos que não se fechem as agências, já que no ano passado foi uma empresa que não deu prejuízo para os cofres do Tesouro. Então, isso é muito importante.

Depois do descalabro que houve por 15 anos, 14 anos ou 13 anos de um governo em que todos os entes federativos estavam com muitos problemas, em que todas as empresas estavam sendo assaltadas por algumas pessoas de um governo corrupto que passou aqui no nosso País, com certeza, a partir desse momento, com todos os percalços, com todos os problemas, conseguimos fazer com que, pelo menos, os Correios não dessem prejuízo, fazer com que não fosse necessário tirar dinheiro do Tesouro para aportar nos Correios.

Trata-se de uma grande empresa, uma empresa da qual todos nós temos orgulho. Então, eu acho que é o momento de todos os deputados se reunirem, fazerem uma frente, para que o governo federal reveja a sua posição de demissão em massa desses trabalhadores, que estão há tanto tempo nos Correios, e não fique só pensando em privilegiar as franquias que foram abertas em quase todos os municípios do Brasil.

É importante dizermos isso. Isso foi dito aqui pela tarde. Lembro muito bem que o deputado Carlos Giannazi falou sobre esse tema, mas eu também gostaria de falar sobre isso. Li com muita tristeza no jornal hoje que assessores de partidos políticos estão trabalhando em associações para fazer invasões de prédios na cidade de São Paulo. Em um deles ocorreu uma tragédia, com vários mortos. Infelizmente, essa é a verdade.

Essa pessoa diz que inclusive ela invadiu um desses prédios, dizendo que além de pagar para morar no prédio e nada ter sido feito, ela também era obrigada a fazer passeata para o "Lula Livre".

Então, isso não é mais possível no Brasil. Isso aí nós temos que mostrar para o povo brasileiro. Depois de uma grande tragédia que houve, eu espero que mudem esses hábitos dessas associações fraudulentas ao povo brasileiro, a essas pessoas que necessitam, que precisam muito da ajuda do Poder Público.

Tenho certeza de que os deputados desta Casa não têm nenhum compromisso com isso, e que eles não querem que isso aconteça com nenhuma dessas famílias, que por um desespero perdem as suas casas, em um descalabro da vida, e a partir daí vão invadir um prédio, além de tudo sendo achacadas para pagar aluguel de 300, 400, 500 reais.

Nesse prédio que caiu, um dos moradores disse que tinha uma receita de quase 60 mil reais por mês, e que nem uma lata de tinta era gasta ali neste mês, e o prédio foi abaixo. Foi abaixo por ser um prédio abandonado.

Graças a Deus o Corpo de Bombeiros de São Paulo fez um grande trabalho, de evacuar todos esses moradores antes de uma tragédia muito maior. Mesmo assim, perdemos cinco, seis ou sete pessoas que não sabemos quem são.

Isso é muito triste, você ver as pessoas usando da pobreza para que possam neste momento achacar aquelas famílias que estão ali necessitando. Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - Sra. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PT.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra a nobre deputada Beth Lula Sahão pelo Art. 82, pela liderança do PT.

A SRA. BETH LULA SAHÃO - PT - PELO ART. 82 - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu já ia ocupar esta tribuna para falar da questão do trágico acidente havido no dia 1º de maio no edifício localizado no Largo Paissandu, e a fala do deputado Carlão Pignatari me estimulou ainda mais para ocupar esta tribuna.

Deputado Carlão Pignatari, o que aconteceu no edifício do Largo Paissandu é fruto da irresponsabilidade e da falta de políticas públicas no que diz respeito à Habitação por parte dos governantes, inclusive municipais. A Prefeitura - e isso está na imprensa toda - disse que podia ocupar o prédio, está lá o laudo da Prefeitura.

Deputado Carlão Pignatari, eu ouvi V. Exa. falando e espero que V. Exa. me ouça. Está lá o que podia, e aconteceu o que aconteceu. A ocupação não ocorre porque as pessoas gostam de sair ocupando prédio por aí, ela ocorre por que as pessoas não têm onde morar. Ela ocorre porque o CDHU, que deveria construir muitas unidades habitacionais, não o faz. É por isso que essas coisas acontecem.

Nesta Casa há um projeto de lei, se não me engano de autoria do deputado José Zito Prado, da bancada do Partido dos Trabalhadores, sobre esse tema. Quando um prédio for ocupado, a Sabesp e a Eletropaulo deveriam fazer as ligações, para que não houvesse o chamado "gato", ou seja que aquelas ligações não fossem clandestinas, para dar segurança para as pessoas, coisa que não ocorre.

Então, não venha agora querer responsabilizar o Partido dos Trabalhadores por uma ineficiência da administração municipal, porque o ex-prefeito João Dória disse que aquela pessoas que estava lá eram todas criminosas. Ele acusou o pessoal que estava lá, os moradores, dizendo que ele não dialogava com aquele povo. O interessante foi que mostraram, em uma das suas ações marqueteiras, uma fotografia dele com o pessoal que estava lá. Ele se deixou fotografar com os moradores, inclusive com o rapaz que estão dizendo que cobrava aluguel.

Essa questão de cobrar aluguel não é assim. Se não me engano, há muitos lugares em que isso acontece, e não é cobrança de alugel. Dizem que é cotização para poder sustentar a luz dos corredores, que é comum, para poder sustentar a melhoria dos extintores de incêndio, para poder fazer trabalhos que são utilizados em áreas comuns, infelizmente.

Se nós tivéssemos uma política adequada de moradia popular, certamente não haveria esse tipo de ocupação, uma ocupação que acontece em prédios que estão esvaziados, muitas vezes antigos. É obrigação constitucional o direito à Habitação, ao lado do direito à Saúde, à Educação, ao Transporte, à Segurança Pública.

Então não venha me dizer que se responsabilizar essa ou aquela pessoa, que são militantes. São pessoas atentas às demandas da área habitacional, às demandas da população que mais precisa e que tem de ficar pedindo "pelo amor de Deus"; tem que pressionar, fazer audiência, fazer congresso. Tem que ir ao secretário, ao governador, fazer manifestação, para poder chamar a atenção de todos aos problemas da demanda por moradia. Essa é a realidade.

Infelizmente, foi uma irresponsabilidade. Agora, fica um jogo de empurra: a Prefeitura não tem culpa, o Ministério Público também não quer saber, a Justiça tampouco é culpada. E vão criminalizar os movimentos, os moradores. De vítimas, eles passam a ser os culpados por esse trágico acidente que aconteceu e no qual morreram sete pessoas, inclusive duas crianças. Então, não podemos esquecer essas coisas.

Aqui, nós temos uma tradição na luta por moradia. Todos os deputados da nossa bancada têm vinculações e relações com movimentos de moradia. E essas relações são baseadas em muita luta, muito trabalho, muita pressão em cima das autoridades, para que elas resolvam. Eu não digo resolver a totalidade dos problemas; sabemos das dificuldades que há. Sabemos do déficit habitacional, mas esse déficit tem sido agravado porque os sucessivos governos do estado e o governo municipal não têm feito investimentos para evitar que tragédias como essa voltem a acontecer. São Paulo tem mais de 80 edifícios com problemas, e é preciso impedir que isso continue acontecendo dessa forma. Obrigada, Sra. Presidente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PARA RECLAMAÇÃO - Deputada Beth Sahão, em nenhum momento citei o nome do PT, dizendo que ele era o responsável. O que fiz foi falar dos jornais de hoje. Em nenhum momento falei do PT ou dos funcionários. E concordo em gênero, número e grau com a deputada Beth Sahão: faltam políticas públicas que auxiliem essa população que necessita muito de habitação popular, sobretudo, no centro de São Paulo.

A SRA. ANA LULA DO CARMO - PT - Sra. Presidente, eu gostaria de indicar o nobre deputado Teonílio Barba Lula para falar pelo Art. 82, pela liderança da Minoria.

A SRA. PRESIDENTE - CÉLIA LEÃO - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba pelo Art. 82, pela liderança da Minoria.

O SR. TEONILIO BARBA LULA - PT - PELO ART. 82 - Sra. presidenta, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna para, primeiramente, parabenizar as sete centrais sindicais que, no dia primeiro de maio, fizeram um ato unificado em Curitiba para defender a democracia neste País e defender o presidente Lula, que está preso sem cometer nenhum crime.

Deputado Vaz de Lima, V. Exa. que já foi deputado federal, me assusta os deputados federais estarem calados. O STF legislou, em outubro de 2016, quase mudando o Art. 5o da Constituição, para dizer que após a condenação na segunda instância a pessoa pode ser presa. Nós temos quatro instâncias de tribunal no País. E me assusta a covardia dos deputados, pois, na verdade, quem tem poder para mudar um artigo da Constituição é exatamente a Câmara dos Deputados. Ou então uma Constituinte convocada exclusivamente para isso. Mas se reuniu o STF, com os ministros togados, em outubro, e eles decidiram, numa decisão apertada de seis a cinco, que após o julgamento em segunda instância poderá ser preso qualquer cidadão ou cidadã brasileira.

Então, me assustam essas medidas que vêm tomando o Ministério Público e o STF, seja nos estados, seja em Brasília. Quero fazer coro com o deputado Campos Machado. Nós estamos muito quietos diante de coisas estranhas que vêm acontecendo nos subterrâneos do STF e dos tribunais estaduais, no subterrâneo do Ministério Público. Tem coisas acontecendo, tem gente legislando, quando somos nós os legisladores. Tem gente legislando em nome dos deputados. Ou os deputados não legislam e aí vem o Ministério Público e toma uma ação, vem o STF e toma uma ação, vem o TST e toma uma ação, vem o STJ e toma uma ação. E nós, deputados, estamos assistindo a tudo isso calados.

Precisamos começar a mostrar que somos um poder neste País. Somos o Poder Legislativo. Os três poderes devem atuar com harmonia, mas de maneira independente. Nenhum poder pode intervir no outro. O que está acontecendo é uma judicialização da questão política neste País.

Em segundo lugar, quero deixar toda a minha solidariedade às famílias, não só às dos que faleceram no trágico acidente do dia 1º de maio, no edifício do Largo do Paissandu, que era da Polícia Federal, mas também às famílias que não tiveram o fim trágico da morte, mas que tiveram o fim trágico da perda da moradia. A moradia que, aliás, tinha a aprovação do próprio Ministério Público, que atestou a conduta da perícia.

No mesmo dia, o governador do estado de São Paulo começou a dizer que são mais de 70 prédios ocupados na Capital, e que teria que, talvez, fazer a desocupação. Não é isso que deve ser feito. Eles têm que pegar esses imóveis que estão ociosos e restaurá-los.

Gente, alguém aqui já mudou de uma casa que é sua? Fecha a casa, deixa desocupada e volta lá 30 dias depois, para ver como a casa está. Ela está empoeirada, começa a ter mofo. Se ficar assim por seis meses ou um ano, a construção vai deteriorando. Então, deve-se fazer com que fazem alguns movimentos por moradia que eu conheço. Vou dirigir-me aos companheiros e companheiras da União dos Movimentos de Moradia, que é um movimento muito sério que organiza as ocupações. Antes de entrar, eles fazem convênios com algumas entidades que fazem a restauração do prédio, a revitalização do prédio, para que nenhuma família fique em risco, para que não aconteça uma tragédia como aquela.

Deputada Beth Sahão, estou marcando uma audiência pública para discutir um ato de desagravo ao movimento de moradia pela criminalização que algumas autoridades estão fazendo, juntamente com os meios de comunicação. Outro dia, ouvi um âncora falar na rádio: "Os caras que estão lá não pagam aluguel. Os caras que estão lá invadiram. Os caras botam um botijão lá dentro, os caras roubam!".

A família sofreu um desastre trágico! Ainda ontem havia fumaça saindo do local, mas, ao invés de o sujeito pautar que temos que discutir a moradia digna para famílias de baixa renda, como fez o governo Lula com o programa "Minha Casa Minha Vida", ele ataca os moradores que lutam por sobrevivência. E lutam por espaços de 30 ou 40 metros quadrados! Isso é um absurdo.

O programa "Minha Casa Minha Vida", assim como a CDHU e todos os programas de habitação de todos os estados... Enquanto houvesse um morador sem moradia, deveria existir uma lei que obrigasse o estado a promover moradia e a subsidiá-la para famílias de baixa renda. Esse é o papel do estado, esse é o papel da prefeitura e esse é o papel do governo federal!

Não podemos aceitar a criminalização dos movimentos por moradia, como a grande mídia está fazendo, como se os moradores quisessem e fizessem a opção de morar nos morros, em barracos ou em edifícios extremamente velhos.

Começa uma construção e o dono não paga imposto, não paga nada. O próprio prefeito João Dória, que assumiu a Prefeitura da Capital, devia 93 mil reais de IPTU para a Prefeitura de São Paulo. Só pagou depois de ter virado prefeito. Aí ele pode falar que abre mão do salário, que não precisa do salário de prefeito. É lógico, ele não pagava o IPTU para a empresa dele na capital, então, quem vai precisar de salário?

Para concluir, quero deixar clara aqui a nossa solidariedade, da bancada do PT, ao movimento de moradia.

- Assume a Presidência o Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo da presente sessão, antes de encerrá-la, esta Presidência convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de hoje, lembrando-os ainda da sessão extraordinária, a ter início às 19 horas e 10 minutos.

Está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 19 horas.

9 DE MAIO DE 2018 21ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CAUÊ MACRIS
RESUMO
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 163/16.</p> <p>2 - WELLINGTON MOURA Discute o PL 163/16 (aparteado pelos deputados Carlão Pignatari, Carlos Cezar, Coronel Camilo e Jorge Caruso).</p> <p>3 - MARCO VINHOLI Para comunicação, cumprimenta o deputado federal Luiz Carlos Motta, que estava presente em plenário. Comunica que o projeto de lei com as alterações de emendas impositivas, feitas no ano passado, encontra-se para assinatura sobre a mesa. Pede que os deputados assinem para que haja avanço em relação a este tema.</p> <p>4 - VAZ DE LIMA Discute o PL 163/16 (aparteado pelo deputado Carlos Cezar).</p> <p>5 - CAMPOS MACHADO Discute o PL 163/16.</p> <p>6 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 163/16. Encerra a discussão do PL 93/17.</p> <p>7 - WELLINGTON MOURA Para comunicação, anuncia que continuará a discussão a respeito do seu projeto na próxima semana.</p> <p>8 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Coloca em votação e declara aprovado o PL 93/17. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 220/17; restando prejudicado o PL 634/17. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados os PLS 569, 799, 809, 897 e 1114/17; 50 e 86/18.</p> <p>9 - DAVI ZAIA Para comunicação, agradece o presidente Cauê Macris pela aprovação do PL 569/17, de sua autoria. Informa que o mesmo institui a Rota Cicloturística "Márcia Prado". Destaca a grande quantidade de pessoas que adota a bicicleta como meio de locomoção. Ressalta que os ciclistas desejam descer também para o litoral de bicicleta. Cita que durante a tramitação deste projeto foram realizadas diversas reuniões com a Secretaria de Meio Ambiente, Artesp, Ecovias, entre outros. Afirma ser necessária a melhora do sistema viário, para que os ciclistas tenham mais segurança no percurso. Diz que esta rota ajudará o turismo, o lazer e também o meio ambiente.</p> <p>10 - CÁSSIO NAVARRO Para comunicação, parabeniza o deputado Davi Zaia pela aprovação de seu projeto. Agradece os deputados pela aprovação do PL 220/17, de sua autoria. Afirma que este projeto tem como objetivo o reconhecimento e o respeito aos autistas.</p> <p>11 - DOUTOR ULYSSES Para comunicação, agradece todos os deputados pela aprovação do PL 50/18, de sua autoria. Informa que este projeto teve o apoio de diversas entidades. Destaca a preocupação com a saúde da mulher no estado de São Paulo. Afirma que os sintomas deverão ser melhores avaliados e os diagnósticos precoces, evitando que as mulheres sejam vitimadas.</p> <p>12 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS Encerra a sessão.</p> <p>***</p> <p>- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.</p> <p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE – CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.</p> <p>Com base nos termos do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.</p> <p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.</p> <p>***</p> <p>- Passa-se à</p>
<p>ORDEM DO DIA</p> <p>***</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Proposições em Regime de Urgência.</p> <p>Item 1 – Discussão e votação – Projeto de lei nº 163, de 2016, de autoria do deputado Jooji Hato. Dispõe sobre a criação do cargo de Técnico em Imobilizações Ortopédicas no Quadro de Pessoal da Área da Saúde do Estado. Parecer nº 496, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável.</p> <p>O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Sr. Presidente, indico para discutir pelo PSDB o nobre deputado Vaz de Lima.</p> <p>O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Deputado, na verdade ele precisa se inscrever. Já está inscrito, inclusive, no projeto. Mas temos em primeiro lugar, para discutir a favor, o nobre deputado Wellington Moura.</p> <p>O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - SEM REVISÃO DO ORADOR – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, assessores e demais funcionários da Casa, entramos na discussão do projeto do deputado Jooji Hato, porém eu gostaria de falar sobre outro projeto, o Projeto de lei nº 215, de 2018. Pretendo discuti-lo pelas próximas semanas. É um projeto que não atingirá negativamente o Governo em nenhum momento. Ele proíbe o consumo de bebidas alcoólicas no interior das lojas de conveniência bem como nas dependências dos postos de abastecimento de combustíveis do Estado.</p> <p>Alguns deputados não estiveram a favor desse projeto no Colégio de Líderes, mas gostaria de mostrar algumas imagens relacionadas ao projeto. Acredito que o projeto vai trazer um benefício enorme para os donos de postos de combustível, donos de lojas de conveniência, moradores do entorno de postos de combustível. Acontecem pancadões, como vemos nas imagens, consumo de muita bebida. Infelizmente, hoje, muitos postos estão passando por isso, estão passando por uma situ-</p>

ação como essa. Pancadões que acontecem nos postos... Tem um projeto que é do Coronel Camilo que é excelente, que foi sancionado pelo governador, que faz com que os pancadões realmente deixem de existir. Mas vemos que, infelizmente, em várias situações na Polícia Militar do nosso estado de São Paulo - a que eu sou totalmente favorável e sabemos do trabalho excelente que a Polícia Militar tem feito -, porém, o número de policiais é inferior com certeza ao número de postos e de ocorrências que acabam socorrendo no nosso estado de São Paulo.

Tem outra imagem que mostra mais claramente a violência que causam as bebidas alcoólicas dentro dos postos de combustível porque, no nosso projeto, fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas no interior das lojas de conveniência, bem como nas dependências dos postos de abastecimento de combustível. Nós não estamos proibindo a venda. Eu gostaria de deixar claro isso aos deputados.

Não estamos proibindo a venda de bebida alcoólica dentro dos postos de conveniência, porque isso é o constitucional. A pessoa tem direito de comprar onde ela quiser, no restaurante, no posto de gasolina. Ela pode comprar onde ela quiser comprar. Agora, o que nós estamos proibindo? O consumo das bebidas alcoólicas ali dentro das lojas de conveniência, como nos postos de gasolina. Juguem a imagem, por favor.

- É exibido o vídeo.

Vocês vão acompanhar nesse vídeo, olhem o que acontece com uma pessoa que está consumindo uma garrafa de bebida alcoólica e começa então uma briga. O indivíduo com uma garrafa, olhem o que ele faz. Alcoolizado, ataca outra pessoa e é claro, ali eu não acredito que talvez só seja um indivíduo que tacou a garrafa e esteja alcoolizado. Não sei se são amigos ou não sei qual foi o motivo das brigas. Eu só sei o seguinte: ali foi comprada essa bebida alcoólica e estava sendo consumida ali, dentro do posto de combustível. E sabem o que acontece, o problema? Tudo se dá início, uma briga como essa...

Deu-se início a uma briga, poderia ter um indivíduo ali armado, poderia ter um indivíduo ali que poderia trazer até outros problemas, não só começado essa confusão, mas vocês vão acompanhar no vídeo que as pessoas envolvidas na briga, uma delas você vai acompanhar que vai entrar no carro e vai trazer problemas piores. E nesse projeto está escrito que, nos locais previstos a que se refere o Art. 1º, deverão ser afixados avisos de proibição em pontos de ampla visibilidade.

O responsável pelos recintos deverá advertir os infratores sobre a proibição que trata essa lei. Em caso de persistência, o infrator será retirado do local utilizando-se de força policial, se necessário. Claro, a Secretaria de Segurança Pública tomará as medidas, porque nós não podemos legislar sobre o Executivo, mas ela irá tomar as medidas cabíveis. Mas você vê, olhe lá, o indivíduo entra no carro, o rapaz que tomou uma garrafada está ali junto e olha o que acontece.

Bêbado, acredito eu, por estar com bebida alcoólica, começa a confusão. Só que olhem o que acontece. A pessoa foi literalmente lançada dentro do... Onde se iniciou isso tudo? Iniciou-se no posto de gasolina. Um projeto como esse não é para proibir a pessoa que bebe, seja lá que compre a sua cerveja, compre qualquer bebida que ela for utilizar. Nós não estamos proibindo que ela tome a sua bebida, mas que ela consuma ali dentro da loja de conveniência, como também, nos postos de gasolina.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputado Wellington Moura, ontem eu não tinha entendido o projeto. Conversei com V. Exa. à noite aqui no plenário e depois peguei o seu projeto para ler. É um projeto excelente para poder diminuir a bebida nessas unidades. Eu tinha entendido que estava sendo proibida a venda em lojas de conveniência.

A loja de conveniência foi instituída - não só no Brasil como em todo o mundo - para a pessoa ir lá, comprar e consumir em casa. É para isso. Senão, daqui a pouco vamos poder beber dentro do supermercado. Daqui a pouco vamos montar bares dentro do supermercado para poder comprar a cerveja ali e beber.

Parabéns pelo seu projeto. É um projeto de grande iniciativa. Não tenho nenhuma dúvida de que será aprovado pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governo de São Paulo. Parabéns, deputado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, deputado Carlão Pignatari, por suas palavras. Tenho certeza de que o que estamos passando hoje aqui é para trazer consciência a todos que nos acompanham pela TV Alesp. Muitas vezes, dizem que não fazemos projetos interessantes para a população, que não fazemos projetos que vão ao encontro da necessidade da população. Um projeto como esse vai ao encontro, sim, da população.

Vossas Excelências sabem que existem os pancadões. Estamos, através da Polícia Militar, tentando coibir essa situação que acontece. Não só essa, como também, os rachas. Quantos rachas acontecem perto dos postos de gasolina! Por quê? Porque há bebida alcoólica. Bebida alcoólica e volante não combinam. Sabemos disso. Vemos que se tenta melhorar a lei do trânsito. Tenta-se melhorar cada vez mais a fiscalização.

Eu procurei informações para saber se vai haver veto de um projeto como esse. Onde vai atingir o governo, um projeto como esse? Por isso peço, mais uma vez, ao deputado Carlos Cezar - que é o líder do governo - que procure trabalhar junto ao governo para que possamos sancionar esse projeto, pois vai trazer um benefício muito grande aos donos de postos de gasolina.

Hoje os donos de postos de gasolina passam por essa situação. Como eles vão impedir uma pessoa de consumir uma bebida alcoólica dentro da sua loja de conveniência?

O SR. CARLOS CEZAR - PSB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Quero cumprimentar V. Exa., parabenizá-lo pelo projeto e dizer que essas imagens são chocantes. É lamentável que isso ocorra, que as pessoas consumam tanta bebida alcoólica em um lugar que é para abastecer o carro e, muitas vezes, para tomar a sua água, o seu refrigerante, alguma coisa rapidinha, o seu lanche ou um café.

Quero parabenizar V. Exa. e empenhar todo o meu esforço para que o governo sancione o projeto de Vossa Excelência. Apenas isso, parabenizá-lo pelo projeto.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, deputado Carlos Cezar. A posição de V. Exa. é importante. Acredito que pessoas do Palácio dos Bandeirantes estejam acompanhando e possam ver que se trata de um projeto positivo para essa Casa e para a população.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD – Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Deputado Coronel Camilo tem sido um batalhador contra a violência.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR -Vossa Excelência sabe que batalhamos muito contra a desordem, a violência, os rachas e os pancadões.

A minha palavra é só para parabenizar V. Exa. por esse grande projeto que está colocando à disposição do cidadão de São Paulo. Pode contar comigo. É por aí, temos que restringir ao máximo o consumo de bebida, sem dúvida nenhuma. Esse projeto é super importante para o cidadão de São Paulo.

Parabéns, deputado.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, deputado Coronel Camilo. Vamos lutar para que esse projeto possa ter a aprovação dos 94 deputados dessa Casa.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR -Deputado Wellington Moura, eu fui uma das pessoas que, num primeiro momento, coloquei-me não contrário, mas pedi a suspensão, por hora, da aprovação desse projeto para que fizéssemos uma melhor análise. Quanto ao mérito, acho totalmente correto. Acho que o que pudemos combater o risco de violência à população é muito importante.